

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 18

HISTÓRIA • MEMÓRIA • NAÇÃO



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1996

OS HISTORIADORES E O CAMPO HISTORIOGRÁFICO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉC. XVIII

A noção de campo conceptualizada por Pierre Bourdieu em 1966⁽¹⁾ e utilizada posteriormente nas obras de diversos historiadores, como Henri-Jean Martin e Roger Chartier⁽²⁾, ou na de Alain Viala⁽³⁾, é a noção base de que dispomos para mostrar que existiu um primeiro campo historiográfico que se pode situar entre 1696 — início das Conferências Discretas e Eruditas (Academia patrocinada pelo Conde de Ericeira) — e 1751/52 — média grosseira das datas de publicação dos últimos volumes das grandes obras feitas pelos historiadores deste primeiro campo. Utilizando, embora diferidas, as palavras de Bourdieu, pretendemos saber "o que é ser historiador" na primeira metade do séc. XVIII, e qual é o lugar onde isso se discute.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O Pierre Bourdieu, "Champ intellectuel et projet créateur", *Les temps Modernes* n° 246, Nov. 1966, pp. 865-906; "Le marché des biens symboliques", *L'Année Sociologique*, vol. 22, 1971, pp. 49-126; *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, cap. III; "Le champ littéraire", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 89, Septembre 1991, pp. 3-46.

⁽²⁾ Henri-Jean Martin, *Histoire et Pouvoirs de l'Écrit*, Paris, Perrin, 1988, em particular cap. VIII. 3: "Champ intellectuel et stratégie d'auteur"; Henri-Jean Martin et Roger Chartier (Dir.), *Histoire de l'Édition Française*, Promodis, 1984, t. II, em especial, de Éric Walter, "Les auteurs et le champ littéraire", pp. 383-399.

⁽³⁾ Alain Viala, *Naissance de l'écrivain. Sociologie de la littérature à l'âge classique*, Paris, Minuit, 1985.

*

**

Evoluções e transformações e talvez também algumas rupturas caracterizam e produzem ao mesmo tempo a emergência daquilo a que chamamos o primeiro "campo historiográfico".

Estas evoluções e transformações, que vão desde a Restauração, da sua literatura e de toda a conjuntura pós-Restauração, até uma nova situação económica muito favorável, passando por um abalar das teorias aristotélicas e da visão escolástica do mundo que se sentia já em Portugal; estas evoluções e transformações, dizia, intervêm em três domínios sociais fundamentais, a saber: a sociabilidade literária e erudita, o estatuto económico e social dos autores, a configuração dos públicos.

É no primeiro domínio que se constata mais facilmente modificações e duas delas são fundamentais. A primeira é a propagação das Academias, um poderoso movimento que as faz multiplicar e, sobretudo, que as transforma, de simples companhias privadas reunindo doutos, em instâncias de consagração mundana e erudita, que atribuem prémios e que se empenham na publicação das suas obras colectivas.

As mais conhecidas e também as que maior influência social tiveram foram as do Conde de Ericeira. Sejam as Conferências Discretas e Eruditas ou a Academia Portuguesa, que sucedeu à primeira, e que se reuniu no palácio do Conde, sejam a Academia dos Ilustrados ou a Academia dos Anónimos, que não lhe pertenciam, em todas elas se conjugavam o aspecto mundano e o aspecto cultural; mas, facto importante, aí se consagravam também novos princípios já claramente não-aristotélicos. Nas Conferências Discretas e Eruditas, iniciadas em 1696, tratavam-se problemas científicos e ensaiavam-se os estudos históricos, para além das actividades filológico-literárias. A Academia Portuguesa, nascida em 1717, contempla nas suas sessões semanais a matemática e a "filosofia natural", a língua portuguesa, a história, incluindo mesmo várias experiências de física⁽⁴⁾. Os elementos componentes da Academia Portuguesa serão todos integrados na Academia Real da História, criada por D. João V em 1720. Mas nem

(4) Ver Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, *No alvorecer do "Iluminismo" em Portugal D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira*, Separata da *Revista de História Literária de Portugal*, vol. 1, 1962

por isso as sessões da Academia Portuguesa acabaram, elas continuaram mesmo depois de fundada a Academia Real.

A 30 de Agosto de 1731 escrevia a Gazeta de Lisboa que "as Academias florescem mais que nunca no Reino". Mas já desde há muito tempo antes, a Gazeta fazia eco público da instituição de Academias e do andamento das suas sessões. São numerosas as notícias da Gazeta que dizem respeito aos meios académicos, com referência a nomes de pessoas e respectivas lições. Assim se divulgam os nomes dos autores e dos doutos que nelas crescem. Muitos deles escrevem ou vão escrever obras de história.

A segunda modificação é porventura menos aparente, mas decisiva: cada vez mais, ao longo do reinado de D. João V, a importância relativa do clientelismo nas carreiras dos autores diminui face ao peso crescente do mecenato de Estado. Os beneficiários do mecenato são, certamente, menos numerosos, mas ele impõe uma nova regra, a da retribuição directa e explícita da produção erudita, sobretudo historiográfica, enquanto que o patrono sustentava o seu cliente, empregando-o como preceptor ou secretário. Este mecenato traduz-se, acima de tudo, na Academia Real da História, onde tomou uma forma organizada e sistemática.

Por último — outro aspecto deste "campo" —, o Estado chama a si cada vez mais, no domínio da historiografia, que lhe interessava particularmente, o poder de censurar em detrimento da Igreja, que no caso da Academia, é o poder de a isentar de censura; e mais ainda, o monarca associa a permissão ao privilégio, isto é, o direito de publicar à protecção da obra.

Vejamos, agora, os públicos. Numerosos são os índices que revelam um crescimento da população dos leitores de história, e existe sem dúvida, nesta época, uma promoção do mercado do livro. Diz António Alberto de Andrade: "A difusão do livro impôs o aparecimento de vários estabelecimentos apropriados. Vinham livreiros da Espanha e os de outros países obtinham representantes que vendiam sobretudo obras de história"; e acrescenta: "percebe-se nitidamente a expansão do livro entre nós, na primeira metade do século. As bibliotecas particulares cresciam a olhos vistos"⁽⁵⁾.

Deve notar-se que o público se vai criando ao mesmo tempo

(5) António Alberto de Andrade, *Vermi e a cultura do seu tempo*, Universidade de Coimbra, 1965, pp. 124 e 126.

que cada vez mais aparecem obras de história, isto é, o público não pré-existe enquanto tal às obras, mas forma-se à medida que elas aumentam. E, por isto mesmo, acontece que ele se toma uma força votando ao sucesso uma obra, que seria indiferente a outras instâncias de consagração; assim nascem os historiadores de sucesso junto de um público alargado, como Pereira Baião.

Tal é a paisagem do primeiro campo historiográfico em vias de constituição. O essencial das mutações sobreveio com a fundação da Academia Real da História que assinala, em termos decisivos, o começo da autonomização do campo historiográfico. E a Academia Real que passa a ditar as normas ao campo e com elas configura-o e unifica-o. Os seus folhetos mais normativos corriam avulso pelo país e com eles as normas da Academia circulavam e eram leis no campo historiográfico. Folhetos como o "Assento que o Director, e Censores da Academia Real da História Portugueza tomárão sobre o crédito, que deviam ter alguns Authores", seguido do "Catálogo dos Authores suppostos", quer dizer, reprovados, eram impressos que circulavam pelo país e que ditavam, primeiro aos membros da Academia Real, mas também a todo o campo historiográfico, quais os autores que se podiam ter como fidedignos e quais os que deviam ser "julgados por apócrifos" (6).

A Academia Real pretendia ter, e tinha de facto, um alcance verdadeiramente nacional; para isso ela tem duas formas de implantação no território nacional. A primeira são os Académicos nas Províncias ou Supranumerários, a segunda são os Decretos estatais que põem as maiores parcelas da vida cultural nacional sob a sua alçada. O primeiro decreto obriga todas as instituições e arquivos do Reino a comunicarem à Academia os seus catálogos de documentos. A Academia tinha um estatuto paragovernamental(?) e se analisarmos o livro da correspondência (Torre do Tombo) veremos que as entidades com que mantém contactos são inúmeras, o que nos dá

(6) *Ms. 677* da Biblioteca Geral da Univ. Coimbra e *Collecçam dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1721.

(7) Cf. Maria José Mexia Bigotte Chorão, "Inquéritos promovidos pela Coroa no séc. XVIII", *Revista de História Económica e Social*, nº 21, Set.-Dez. 1987, pp. 93-130.

uma ideia do seu poder social e alcance geográfico. O segundo Decreto é sobre a conservação dos monumentos antigos, conservação que é posta ao cuidado da Academia, com quem todas as Câmaras das Cidades e Vilas do Reino se devem comunicar, para ser satisfeito o objectivo do mesmo Decreto.

Por outro lado, através dos Académicos nas Províncias que, por vezes, pertenciam ao mesmo tempo a Academias locais, a Academia Real teve, com certeza, uma forte influência na ambiência cultural do país e nomeadamente na das outras Academias. Sobre estas Academias de Província diz Veríssimo Serrão que: "A criação da maior parte destes grêmios era uma consequência imediata da fundação da Academia Real da História, cujo programa previa a colaboração de membros 'correspondentes' para darem a conhecer as fontes de história local"⁽⁸⁾. Na maior parte das academias provinciais, a história e as belas letras surgem como temas dominantes.

O campo historiográfico começa, por outro lado, a distinguir-se como espaço social específico, e o próprio atributo de "historiador" converte-se num qualificativo manifestamente valorizado. A nobreza frequenta cada vez mais os salões e os círculos académicos e esta vinda dos nobres para a vida mundana (vejam-se os frequentadores das Academias) reforça a audiência dos novos doutos.

No caso da Academia Real da História, o estudo quantitativo da evolução social dos seus membros traz conclusões claras que não deixam lugar a dúvidas. A primeira conclusão que se impõe é que o peso relativo do Clero na Academia diminui enquanto o peso da Nobreza e da Alta Nobreza, tanto no seu conjunto como separadamente, sobem claramente. Esta diminuição clara do peso do Clero, nomeadamente das ordens religiosas, na Academia, tem uma importância decisiva no tipo de História que se faz, que deixa de ser a história monacal feita por monges-cronistas, para ser um outro tipo de História (cuja análise não cabe aqui fazer).

Quanto aos Supranumerários a tendência é exactamente a mesma: diminuição do peso relativo do Clero e enorme aumento da Nobreza. No caso dos Supranumerários é de realçar também a grande

⁽⁸⁾ Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. III — Séc. XVIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, p. 147 (obra pioneira na História da Historiografia em Portugal, continua a ser de consulta indispensável).

fatia que constituem os magistrados e funcionários do Estado, que se mantém quase constante.

A conclusão importante que podemos retirar, mais uma vez, é que por todo o território nacional já não são só, nem são sobretudo, os monges e os padres os estudiosos e curiosos da História, mas pelo contrário nasce um gosto pela História em diversificados estratos sociais da população — isto é, o interesse pela História dissemina-se nos estratos médios nacionais da população leiga. Esta mudança tem forçosamente influência na História que se passa a fazer e na História que se passa a ler.

Mas há um outro dado que não podemos deixar de tratar. Muitos académicos recebem novos títulos depois da sua entrada na Academia; ora quando recebem novos títulos, os Académicos (tanto os "do Número" como os "Supranumerários") recebem-nos no mesmo ano, sugerindo que os devem à sua pertença à Academia.

Em 1723, a atribuição de novos cargos a "Académicos do Número" incide na Alta Nobreza, e a sua natureza é sobretudo honorífica ("Conselho do Rei"). D. João V parece ter querido premiar a Alta Nobreza que iniciou e impulsionou a Academia, quase todos pertencentes à Junta de Censores.

Mas em 1734, o que se verifica já é diferente, os novos títulos atribuídos (a "Numerários" e a "Supranumerários") são o de "Cavaleiro da Ordem de Cristo" e, com menor frequência, o de "Fidalgo da Casa Real" (ambos honoríficos) — os quais incidem na sua maioria em não-Nobres, que dão assim um primeiro, embora pequeno, passo na Nobreza — e o de "Qualificador do Santo Ofício", destinado ao Clero. É aumentada assim a representação da Baixa Nobreza na Academia.

Mais uma vez as conclusões a extrair são importantes e decisivas. Aquilo que os "Catálogos dos Académicos" e os gráficos nos mostram é que a função de Historiador (e Académico) é uma função nobilitante. Numa época de difusão da Nobreza⁽⁹⁾ existe a nobreza de função, isto é, há funções que nobilitam. Uma delas é, sem dúvida, a História. Assim, é a função de historiador e o facto de pertencer à Academia que dá acesso a um grau mínimo de nobreza a tantos Académicos.

⁽⁹⁾ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, "Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime", *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 15-51.

Esta realidade reflecte também uma política mecânica consciente e organizada por parte de D. João V. Gratificações materiais ou simbólicas, elas são sempre gratificações decisivas para a consagração dos historiadores.

A autonomização do campo historiográfico é evidente (embora não possamos aqui demonstrá-lo de forma extensa). Quanto mais não fosse, bastaria para a provar a isenção de censura de que gozava a Academia Real da História. No fio das grandes mutações a que já nos referimos, a História ganhou em valor social e em prestígio.

Esta autonomização do campo historiográfico permite e vai a par da valorização do estatuto e da função de autor. Verdadeiros signos disso são factos como os seguintes:

1º — Para além de se escrever sobre os santos e os heróis, pela primeira vez se escreve sobre os autores e a sua biografia, como é o caso da *Biblioteca Lusitana*, obra maior de um Académico⁽¹⁰⁾.

2º — António Caetano de Sousa em gravuras e telas faz-se retratar sempre na sua função de historiador e intelectual, com a sua grande obra *História Genealógica* nas mãos. Também Diogo Barbosa Machado faz incluir na *Biblioteca Lusitana* o seu retrato, retrato esse que o apresenta na sua condição de intelectual e historiador: com a sua obra numa mão, a pena na outra e a sua livraria como fundo.

Os historiadores gostam, portanto, de ser representados como tal e situados numa determinada condição e prática social: a de intelectual erudito, a de autor-historiador. Se eles evidenciam esta condição ou prática social é porque ela os promove socialmente. O puro e simples facto de ser incluído na obra o retrato do autor é a prova suficiente desta nova valorização e dignidade da função. * II

⁽¹⁰⁾ Já antes tinham sido feitos trabalhos no mesmo sentido, mas todos incipientes e incompletos, não indo além de apontamentos pessoais. Não é por acaso que todos ficam manuscritos e só nesta altura a obra é realizada cabalmente e publicada. Cf. Mário Alberto Nunes Costa, "Diogo Barbosa Machado e a bibliografia Portuguesa", *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 31, Lisboa, 1986, pp. 306-310. Na p. 310 Nunes Costa diz: "As tentativas de realização sucederam-se [...] Diminutas, incompletas ou mal conseguidas, raras vezes se aproximam de obra que se pudesse dizer nacional [...]". E o autor prossegue dizendo que nenhum destes trabalhos anteriores a Barbosa Machado ultrapassa o "estilo de apontamentos para uso próprio".

Estes historiadores, a quem chamamos novos doutos porque eles se distinguem cabalmente dos antigos letrados, vão apropriar-se do "campo historiográfico" nas suas várias dimensões.

Em 1726 o editor e impressor Manuel Lopes Ferreira, porque o interesse do mercado era certo e seguro e portanto o lucro garantido, resolve reeditar por iniciativa própria a obra de Frei Bernardo de Brito *Elogios dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros Retratos, que se puderão achar...* Tinha no entanto um problema. Para que a obra fosse um êxito comercial era preciso actualizá-la com os monarcas posteriores a Frei Bernardo de Brito, incluindo o próprio D. João V, monarca reinante. O editor escolhe então um historiador do *cursus honorum*, um historiador profissional, para completar a sua edição e acrescenta ao título original: *Agora novamente adicionados pelo P. D. Joseph Barbosa⁽ⁿ⁾*. Este episódio prova-nos que os historiadores eram reconhecidos enquanto tal na sociedade, portanto que os historiadores (profissionais) estavam a apropriar-se do campo historiográfico nas suas várias dimensões. Isto é uma situação que simultaneamente decorre da "profissionalização" do Historiador (ou do aparecimento do sócio-tipo "historiador") e contribui para a sua consolidação. Lembramos ainda que também a nobreza consultava D. António Caetano de Sousa sobre dificuldades genealógicas na sua estrutura familiar.

Esta nova noção da História e a nova situação do historiador permite-lhe apropriar-se de cargos em sectores sócio-culturais que agora passam a ser domínio seu, como é o caso da censura no âmbito da História: os censores do Desembargo do Paço para livros de história são agora cada vez mais historiadores "profissionais", maioritariamente académicos da Academia Real. Esta é uma situação evidente para quem manuseia os livros deste período que estudamos, e é uma situação que obrigatoriamente teria que se verificar porque os historiadores do *cursus honorum*, como "especialistas profissionais", são quem melhor está a par dos interesses do Estado e da Nação. Quase todos os livros publicados por Pereira Baião, um historiador que escreve para o mercado o mais alargado possível, têm, como censores do Desembargo do Paço, académicos da Academia Real, historiadores do *cursus honorum*. Lembremos que os académicos estão,

⁽ⁿ⁾ Bernardo de Brito, *Elogios dos reyes de Portugal com os mais verdadeyros retratos que se puderão achar*, Lisboa Oriental, Officina Ferreiriana, 1726.

eles próprios, isentos de censura. Embora as normas para a censura sejam ditadas pelo Estado, também neste domínio da censura em História o campo historiográfico se vai autonomizando — são os historiadores que a fazem.

Há ainda um outro sector social que se entrevê vai ser aberto aos historiadores — o dos Bibliotecários. Na Biblioteca Real de D. João V os lugares de bibliotecário são oferecidos a académicos-historiadores. Sendo assunto do interesse comum, um dos bibliotecários, o Conde de Ericeira, dá notícia à Academia em 1735 do modo como foi feita a catalogação da livraria real.

Com tudo isto pretendemos mostrar que o "campo historiográfico" se está a constituir nas suas várias dimensões. O aparecimento do "historiador" vai a par com a sua apropriação do "campo historiográfico".

Vamos ainda referir-nos, embora de um modo demasiado sucinto, por força das circunstâncias, aos vários tipos de Historiador em presença nesta primeira metade do séc. XVIII, que o mesmo é dizer, como vimos, neste primeiro campo historiográfico⁽¹²⁾.

Começamos por distinguir aqueles a quem poderíamos chamar

(12) Muitos são os estudos que têm sido feitos sobre o aparecimento e constituição do "autor". Designamos aqui apenas alguns: Alain Viala, *ob. cit.*; Didier Masseau, *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII^e siècle*, Paris, Puf, 1994; Roger Chartier, *Libras, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993 — ver cap. intitulado "Que es un autor?", pp. 58-89; Martha Voodmansee, "The Genius and the Copyright: Economie and Legal conditions of the Emergence of the 'Author'", *Eighteenth-Century Studies*, n° 4, 1984, pp. 425-448; Éric Walter, "Les auteurs et le champ littéraire", in H.-J. Martin et R. Chartier (Dir.), *ob. cit.*, pp. 383-399; Daniel Roche, *Les Républicains des lettres. Gens de culture et Lumières au XVIII^e siècle*, Paris, Fayard, 1988; Pierre Bourdieu, *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Seuil, 1992, II^e. partie, cp. 2: "Le point de vue de l'auteur. Quelques propriétés générales des champs de production culturelle", pp. 298-384; Orest Ranum, *Artisans of Glory. Writers and Historical Thought in Seventeenth-Century France*, Chapel Hill, The Univ. of North Carolina Press, 1980. Como obra pioneira lembramos ainda o artigo de Michel Foucault "Qu'est-ce qu'un auteur?", *Bulletin de la Société française de Philosophie*, Set. 1969, pp. 73-104.

Adoptamos, para a classificação tipológica dos autores, uma nomenclatura próxima da proposta por Alain Viala, que, embora relativa a um campo intelectual diverso, nos parece particularmente ajustada à realidade do campo historiográfico português na primeira metade do séc. XVIII.

os "grandes amadores". Para estes a produção de textos historiográficos não constitui de modo algum uma actividade autónoma: a sua posição no espaço historiográfico vale como um prolongamento da sua situação num outro campo social. Estes autores apropriam-se do prestígio da História mas rejeitam a carreira, a sua produção historiográfica não vem modificar a sua posição social, eles têm-na já muito elevada. É o caso dos membros da Academia Real pertencentes à alta nobreza. Dando-lhes prestígio social, a produção historiográfica é o adjuvante duma imagem social do nobre. Ilustração do que dizemos são por exemplo o Marquês de Valença, o Marquês de Alegrete e sobretudo o Conde da Ericeira.

O Conde da Ericeira, para além de ser um dos grandes, senão o maior, responsável pelo movimento académico desta primeira metade do séc. XVIII, tomou, desde a primeira hora, um lugar de destaque na Academia Real da História. Foi um dos que redigiu os Estatutos da Academia, e é também coautor de outros textos normativos para a ciência que a instituição devia produzir. Em todos estes textos defende o espírito crítico e a verdade rigorosa. Outros trabalhos ainda produziu onde demonstra estar a par da vanguarda cultural do tempo — o espírito das Luzes.

No entanto, num pequeno discurso *Sobre a ciência mais própria de um cavalheiro*, o Conde defende para o cortesão um tipo de cultura enciclopédica para lhe "permitir brilhar no meio de uma sociedade de salão, fina e galante". Por isso desaconselha a especialização: "Se o quiséramos doctissimo de qualquer ciência, parecera mais anacoreta sepultado em uma profunda meditação, que cortesão perfeitamente ornado de todos os esmaltes que fazem realçar o esplendor do seu nascimento"⁽¹³⁾.

Estes grandes amadores não são portanto, e tal como o nome que lhes atribuímos indica, historiadores profissionais. Isto não quer dizer que o conde de Ericeira não domine totalmente a disciplina, e não tome mesmo as posições mais avançadas no seu âmbito, tal como o Marquês de Valença. Estes grandes amadores, porque tinham uma posição social muito sólida, são os que mais radicais se mostram e os que tomam as posições intelectuais mais avançadas e perigosas.

⁽¹³⁾ Ms. 342 da Bibliot. Geral da Univ. de Coimbra, pp. 272-verso. Sobre o Conde da Ericeira, ver o estudo fundamental de Ofélia Paiva Monteiro, *ob. cit.*

O Conde teve, sobretudo, uma função decisiva no campo intelectual da primeira metade do séc. XVIII: ao impulsionar o movimento académico ele foi o mediador entre a classe intelectual, os novos doutos, e a elite social, a aristocracia de corte, a sociedade elegante. Quando o Conde morreu, em 1743, essa classe intelectual demonstrou saber exactamente quanto lhe devia. As homenagens feitas pelas Academias sucedem-se. E o caso da Academia dos Escolhidos da Corte, da Academia dos Aplicados, da Academia dos Unidos e da Academia dos Particulares. Correram ainda muitos sonetos feitos à sua morte, onde se manifesta a maior admiração pelo Conde de Ericeira, para além de vários elogios fúnebres.

Sobre o Marquês de Valença diz Barbosa Machado que: "Teve sempre a nobre paixão de tratar os homens mais insignes em qualquer arte dos quais publica o merecimento para o prémio, defende o crédito contra a censura"⁽¹⁴⁾. O Marquês de Valença, para além de ser também um amador de História (caso que não vamos desenvolver aqui), é um dos que constitui, portanto, esse público aristocrático que tão importante é na recepção das obras destes novos doutos da primeira metade do séc. XVIII, particularmente entre eles, dos historiadores.

Falámos dos amadores, mas há outro tipo de autores de História, aqueles que fazem dela a base de uma carreira. Aproveitando ainda os critérios distintivos propostos por Alain Viala, num contexto diverso, dividimos estes segundo a forma pela qual se ordenam as suas carreiras. Os critérios de agrupamento nas diversas categorias de trajectórias residem na participação nas instituições culturais e no tipo de obras produzidas, sua frequência e regularidade. Assim consideramos dois tipos de estratégias verificadas nos profissionais. Estas trajectórias devem ver-se a partir das trajectórias observadas e não na perspectiva de desejos ou de cálculos: uma estratégia mistura sempre o consciente e o inconsciente, a escolha e a contingência; não pode portanto compreender-se senão como uma realidade construída pela observação histórica.

O primeiro tipo de trajectória ou carreira, que é também, de longe, o mais frequente, funda-se em posições adquiridas e acumuladas sucessivamente nos sectores institucionalizados. É o progresso na hierarquia por meio de ganhos lentos, prudentes, mas

⁽¹⁴⁾ Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, t. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, p. 233.

estáveis. É uma estratégia bem sucedida socialmente pelo acesso a uma posição influente e sólida. Os historiadores que a seguem, para além de serem membros de instituições, fazem delas as primeiras destinatárias das suas obras, isto é, a sua produção histórica dirige-se antes de tudo a estas instituições e, através delas, aos detentores dos poderes. Os leitores supostos pelas obras dos historiadores da Academia Real são os outros membros da instituição, nomeadamente os seus dirigentes, mas também o seu mecenas — o rei, e a elite social e cultural. No entanto, este tipo de historiadores de forma nenhuma desdenha também o público mais alargado.

Há muitas variantes, mas a carreira ideal ou exemplar seria começar pelo clientelismo, fazer em seguida parte dos salões mundanos e académicos para terminar no mecenato de Estado e, se possível, como membro da Academia Real da História, que constitui o topo da carreira de um historiador na primeira metade do séc. XVIII. Esta é a trajectória de Francisco Leitão Ferreira. O facto de a quase totalidade dos membros passarem da Academia dos Generosos para as Conferências Discretas e Eruditas, destas para a Academia Portuguesa para terminarem finalmente na Academia Real da História e no mecenato régio confirma-nos que este era o percurso ideal dos novos doutos, o seu *cursus honorum*.

Isto faz-nos concluir, por outro lado, verificando os trabalhos que estes autores apresentam nas Academias por onde passaram, que os temas que trataram versaram os mais variados assuntos e só com a Academia Real se especializaram na produção de obras históricas. A explicação para a poligrafia, tão corrente na época, parece-nos clara: para acumular os sinais de reconhecimento dispensados pelas várias instâncias culturais, os autores que seguem o *cursus* devem produzir textos que convenham a cada uma. Se a constituição de uma rede de instâncias culturais (Academias, salões mundanos, círculos conventuais) favorece a poligrafia, a vontade de progressão no *cursus honorum* converte-a em norma.

Nem todos os membros da Academia Real têm, no entanto, uma produção poli grafa, muitos deles já muito antes da instituição da Academia caminhavam no sentido da especialização em História. No domínio da História a especialização parece-nos maior do que nos outros domínios e a Academia Real veio reforçar essa tendência e solidificá-la.

Não apresentaremos, porque isso é impossível nesta circunstância, muitos exemplos de carreiras e trajectórias deste tipo de

historiador. Limitamo-nos a esquematizar duas — a de Francisco Leitão Ferreira e a de Antonio Caetano de Sousa. A de Francisco Leitão Ferreira por ser ao mesmo tempo exemplar e também uma das mais vulgares. As variantes que se inscrevem dentro deste tipo são muitas mas todas obedecem às constantes que acabámos de resumir.

Francisco Leitão Ferreira nasce em Lisboa em 1667 vindo mais tarde a ordenar-se padre⁽¹⁵⁾.

A sua carreira começou pelo clientelismo. Foi "familiar" de dois Núncios Apostólicos em Portugal, dizendo Barbosa Machado que recebeu deles "tão distintas honras que parecia fora mais chamado aos seus Palácios para o venerarem, do que para se servirem da sua grande capacidade"⁽¹⁶⁾, verdadeiro e real objectivo dos Núncios, naturalmente, mas que implicava benefícios recíprocos. Para gratificar essas honras de que era devedor dedicou Francisco Leitão Ferreira a um dos Núncios uma obra encomiástica, na ocasião em que este foi promovido a um alto cargo na Igreja. Obra que foi publicada.

E o que é que o autor recebeu em troca desta sua prática clientelista? Os ganhos eram recíprocos, como dissémos, e Francisco Leitão Ferreira, por intermédio de D. Jorge Cornaro, obtém os "Benefícios" das Igrejas paroquiais de Santiago em Tavira e de Santa Maria do Porto de Mós e por mais de trinta anos foi pároco da igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa.

Estes rendimentos permitiram-lhe fazer as despesas inerentes à sua vida de intelectual, nomeadamente comprar os livros de que precisava para a sua "selecta e numerosa" biblioteca, fazer as despesas com o vestuário, necessárias a quem frequentava as Academias e os salões mundanos.

(15) Sobre Francisco Leitão Ferreira *vide* de Diogo Barbosa Machado, "Elogio Funebre do Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, Academico da Academia Real da Historia Portugueza, que recitou no Paço em 31 de Março de 1735. Diogo Barbosa Machado", in *Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, Num. VI e *Biblioteca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, t. II. pp. 169-173. Ver também Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, cap. III.

(16) Barbosa Machado, "Elogio Funebre", in *Collec. Doc. e Mem. Academia Real da História Portuguesa*, p. 5.

Entretanto, e paralelamente, diz-nos Barbosa Machado: "Não houve função grande neste Reino, ou fosse Genetheliaca, Epithalâmica, ou Funeral, que não celebrasse ou lamentasse com alguma poética produção"⁽¹⁷⁾. Participou em Certames Poéticos onde alcançou primeiros prémios, fez canções panegíricas a algumas figuras — assim se constrói uma carreira.

Com todo este currículo era natural que o passo seguinte, no percurso deste autor, fosse a entrada nas Academias. Tomou-se então membro da Academia dos Anónimos. Desta Academia passou a outra, muito mais ilustre, devido ao seu prestigiado patrocinador: é integrado na Academia Portuguesa instituída no Palácio do Conde de Ericeira em 1717.

Em 1721 alcança o topo da carreira quando é integrado na Academia Real da História. Entra assim num estatuto extremamente ambicionado por todos os autores deste período: o Mecenato Régio. Referimos já, embora abreviadamente, quanto este estatuto era essencial ao historiador. Ele trazia normalmente consigo a intensificação da produção intelectual. Assim se passou com Francisco Leitão Ferreira. Se até aí a sua atenção e o seu estudo se tinham dividido por várias disciplinas, agora vai concentrar-se exclusivamente na história e com excelente resultado. No âmbito da Academia Real, entre outros trabalhos, publicou, em 1729, as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*.⁽¹⁸⁾ Obra que continua a ser da maior importância para quem queira conhecer a História da Universidade Portuguesa e que revela um historiador rigoroso e esclarecido.

António Caetano de Sousa fez outro percurso dentro do mesmo tipo de carreira. Na mesma lógica da máxima esquematização, vamos apenas pôr em paralelo a evolução da produção historiográfica e a evolução das tenças, dos cargos e das honras recebidas⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁷⁾ *Ibidem*, p. 6.

⁽¹⁸⁾ Francisco Leitão Ferreira, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra. Primeira parte, que comprehende os annos, que discorrem desde o de 1288 ate principios de 1537*. Lisboa, Jozé Antonio da Sylva Impressor da Academia Real, 1729. Foi publicada por Joaquim de Carvalho uma segunda edição desta "Primeira Parte" que inclui também a Segunda Parte que o autor deixou manuscrita. É uma edição da Universidade de Coimbra de 1937-1956.

⁽¹⁹⁾ Sobre António Caetano de Sousa *vide* D. Tomás Caetano de Bem, *Memórias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal* Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794, tomo II, e Affonso

D. Antonio Caetano de Sousa nasceu em 1674 em Lisboa e em 1690 entrou na Ordem Teatina. Começou por dedicar-se à História Eclesiástica Portuguesa e o seu primeiro trabalho foi continuar o Agiológio Lusitano do Licenciado Jorge Cardoso, para o que recebeu a pensão de cem mil réis em cada ano. É, justamente, quando se dedicava ao estudo do Agiológio que foi fundada a Academia Real da História, para a qual foi logo nomeado.

Em 1735 é publicado o primeiro tomo da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*⁽²⁰⁾ e por decreto datado de Lisboa Ocidental a 9 de Novembro de 1736 o monarca faz-lhe mercê de mais uma pensão anual de cem mil réis, ficando o historiador obrigado a continuar a sua obra. Em 1739 publica as *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, obra que alcançou um grande interesse junto do público⁽²¹⁾.

Em 1743 sai a *Série dos Reis de Portugal, reduzida a tábuas genealógicas*⁽²²⁾.

Esta sequência de obras (que não completámos exaustivamente) vai trazer a António Caetano de Sousa uma nova promoção na sua carreira de historiador, desta vez a promoção a um cargo. Por alvará de 18 de Agosto de 1742, faz-lhe D. João V mercê do lugar de Deputado da Bula da Cruzada.

A produção desta obra e a progressão na carreira das honras e das gratificações mecénicas é paralela e interligada. Por decreto de 28 de Novembro de 1752, e porque D. António Caetano de Sousa "representou" a Sua Magestade o ter escrito a História Genealógica "com grande trabalho e estudo", é-lhe feita "a mercê", em "consideração e em satisfação" do "trabalho e acerto" com que escreveu a mesma

de Dornellas, D. *Antonio Caetano de Sousa. A sua vida, a sua obra e a sua Família*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1918.

⁽²⁰⁾ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até ao presente*, Lisboa Ocidental, Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749.

⁽²¹⁾ Depois da primeira edição de 1739, publicaram-se mais duas — uma segunda edição em 1742 e uma terceira em 1755. As duas primeiras são impressas na oficina de Antonio Isidoro da Fonseca e a terceira na Regia Officina Sylviana, todas em Lisboa.

⁽²²⁾ António Caetano de Sousa, *Série dos reys de Portugal, reduzida a taboas genealógicas, com huma breve noticia historica*, Lisboa, Officina Sylviana, 1743.

obra, de cem mil réis de renda em bens de Capelas para seu sobrinho e de doze mil réis de tença para o seu segundo sobrinho, que os receberá a título do Hábito da Ordem de Cristo que simultaneamente lhe é dado⁽²³⁾.

Mais tarde — já com oitenta e um anos de idade, uma carreira de historiador bem sucedida em que atingiu o lugar de Director da Academia Real da Historia, uma colecção de obras produzidas de notável qualidade onde se destaca a obra magna que é a Historia Genealógica — requereu para se aposentar do cargo de Deputado na Junta da Bula da Cruzada, pelo que D. José I, por decreto de 5 de Junho de 1755, o aposentou no mesmo lugar com o ordenado de 350.000 réis por ano. Comparêmo-lo com o seu pecúlio inicial: o pai deixou-lhe uma pensão de 20.000 réis por ano. A sua renda multiplicou-se por 17 vezes e meia.

Acrescentemos que a função de historiador fez ascender D. Antonio Caetano de Sousa da sua condição burguesa inicial a urna rede de relações sociais de nível muito mais elevado e que lhe foi aberta pelo seu percurso.

A segunda trajectória ou estratégia dos profissionais é menos comum ou mesmo rara. Assenta numa produção destinada prioritariamente a um público amplo e à conquista de sucesso; com uma inserção mais frágil no espaço historiográfico, esta estratégia procura a reconversão dos ganhos com o renome público em sinais de reconhecimento e legitimação dados pelas instituições, nomeadamente pelos membros da Academia Real. Os historiadores que percorrem esta trajectória, dependendo muito menos dos poderes instituídos, privilegiam os ganhos rápidos de dinheiro e de notoriedade: a maioria dos livros tem "privilégio real" para salvaguardar o exclusivo dos lucros e os temas escolhidos vão directamente ao encontro dos gostos do público e das oportunidades do momento. Por referência ao acto essencial da sua lógica designaremos esta estratégia como "estratégia de sucesso" e aos historiadores que a seguem "historiadores de público alargado".

Também os académicos do *cursus honorum* escrevem para um

(23) Cf. Caetano de Bem, *ob. cit.*, p. 197.

público mais largo, encontramos mesmo muitos casos mistos que escrevem tanto para a elite como para o "grande público". Os exemplos são numerosos mas não iremos desenvolver este assunto.

O que verdadeiramente diferencia estas duas estratégias dos profissionais é que o historiador do sucesso se dirige primeiro ao público, enquanto o historiador do *cursus honorum* o vê em segundo plano.

Esta segunda trajectória dos profissionais é uma trajectória de homens nascidos numa situação pouco vantajosa e corresponde a uma estratégia social de conquista: a sua situação social de partida é difícil e o seu objectivo é converter o seu estatuto de historiador em estatuto social. A consagração suprema seria obter um título minimal de nobreza.

Escolhemos, como paradigma desta estratégia de carreira, José Pereira Baião. A sua origem social é baixa, mais baixa do que a dos historiadores do *cursus honorum* de que falámos anteriormente.

Só muito tarde se ordenou padre mas já antes disso tinha iniciado contactos e aberto caminhos porque pensava produzir e publicar obras históricas. Pouco tempo depois da sua ordenação como padre sai o seu primeiro livro, impresso em 1726, e a partir daqui as obras sucedem-se umas às outras em ritmo acelerado, chegando a sair, mais do que uma vez, duas obras por ano. Na lista destas obras ressalta o facto de os temas terem sido rigorosamente escolhidos de acordo com os gostos do público: história de Santos, de Heróis e dos Reis que maior curiosidade despertam. A estratégia é claramente comercial e a confirmá-lo está o facto de não ser sequer descurada a oportunidade da publicação.

A Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra possui a quase totalidade das suas obras, mas a Livraria de um colégio de elite como o Colégio de S. Pedro não tem nem um só livro seu, o que nos dá uma ideia da natureza do seu público maioritário.

Se manusearmos os livros que pertencem a esta sua lista bibliográfica, o que verificamos logo à primeira vista é que eles são de uma qualidade material de impressão e encadernação muitíssimo inferior à praticada pela Academia Real nas suas edições, isto é, são livros muito mais baratos porque com muito menores custos de edição e portanto, certamente, mais populares.

Pereira Baião demonstra, sobretudo nas Dedicatórias dos seus livros, estar absolutamente a par do mundo do livro e dos autores. A atenção ao tipo de público eleito para leitor da obra traduz-se no

texto em pequenos pormenores mas que aqui é impossível analisar⁽²⁴⁾.

Paralelamente, Pereira Baião tem uma extrema atenção às operações de livraria e aos seus direitos de autor e também, várias vezes, de editor. Faz tudo para defender a sua propriedade literária e tirar dela o máximo lucro possível, utilizando para isso o "privilégio real" que lhe garantia, por dez anos, que nenhum outro impressor ou livreiro pudesse imprimir ou vender o seu livro com grave prejuízo seu. A sua atitude é portanto a todos os títulos muito "profissional".

Não é, evidentemente, o padre Baião, nem os outros, raros, historiadores do sucesso, que definem as normas do campo historiográfico; quem as define são os historiadores do *cursus honorum*, isto é, a Academia Real. O historiador de sucesso aceita-as em parte, nomeadamente Pereira Baião tem que se render às exigências de rigor histórico impostas pela Academia a todo o campo historiográfico, por outro lado ele tem que conjugar essa norma com as exigências do mercado e os gostos dum estrato alargado de público, gosto mais voltado para o romanesco. Tudo isto está patente nos seus textos.

Pereira Baião conseguiu o reconhecimento e a legitimação por parte dos doutos e das instituições. Alargou então a sua rede de relações sociais, integrando nela historiadores do *cursus honorum*. Estes legitimavam o seu saber.

Se a sua ascensão social é clara, contudo não conseguiu obter cargos, como os obtiveram os tipos de historiador analisados anteriormente. Disso se queixa amargamente na dedicatória a D. João V da obra saída em 1737⁽²⁵⁾, onde faz repetidas alusões à sua falta de cargos e aos cargos de outros.

A sua força foi sempre o êxito editorial e, sempre fiel a esta lógica do sucesso público, reclama estátuas para os grandes historiadores nas maiores Praças do Reino⁽²⁶⁾.

(24) Toda a temática deste estudo é objecto de um tratamento mais desenvolvido num outro tipo de trabalho que temos em vias de realização. Aqui pretendeu-se uma dimensão adequada à natureza de uma comunicação no âmbito de um encontro científico.

(25) José Pereira Baião, *Portugal Cuidadozo, e lastimado com a vida, e perda do Senhor Rey D. Sebastião, o dezejado de saudoza memoria Historia Chronologica de suas acçoens, e sucessos desta Monarquia em seu tempo ...*, Lisboa, Antonio de Souza da Sylva, 1737.

(26) Cf. "Prólogo ao Leitor", *ibidem*.

Tal como dissémos, esta segunda estratégia ou trajectória dos profissionais é muito mais rara. No entanto, o facto de ela existir é extremamente significativo do ponto de vista do público leitor, da sociedade intelectual, dos mecanismos de ascensão social, etc..

Vamos referir ainda, e para terminar, o modelo de historiador de transição, isto é, aquele que tem ainda um pé no estatuto arcaico de cronista mas tem já outro no novo campo historiográfico, nas suas instituições e no seu mercado do livro. Este é o caso de Frei Manuel dos Santos, cronista da sua ordem como tantos outros que o eram das ordens respectivas; este cisterciense, que foi também cronista-mor do reino, defende a posição perdida da sua ordem face aos novos historiadores da Academia Real. Os velhos postos e lugares lutam contra a subalternização e o fim do seu lugar de proeminência.

Frei Manuel dos Santos começa pela História da sua ordem, oferecida ao Abade do Mosteiro, em obras de 1710 e 1714. Mas a sua trajectória evolui para a integração no campo historiográfico nascente: entra para a Academia Real da História como Académico de Província ou Supranumerário e integra-se com à vontade nas regras do mercado. Publica à custa de um livreiro em 1735 já não a história da sua ordem mas a História de D. Sebastião⁽²⁷⁾, assunto muito querido do público leitor, publicação esta que sai em data sumamente oportuna (data em que os sebastianistas previam o regresso do seu rei) e que garantia, pelo assunto e pela oportunidade, tanto ao editor como ao autor, um largo público e um lucro certo. Se as primeiras obras são publicadas em Coimbra, esta última já é publicada em Lisboa e esta mudança geográfica de publicação corresponde a uma mudança no tipo de historiografia, de uma fase historiográfica mais arcaica, própria de um antigo ofício — cronista religioso — passa a uma fase historiográfica mais moderna, com outra dimensão e outro tipo de público e projecção. Na mesma lógica de trajectória transita também do clientelismo, dedicando as primeiras obras a um alto dignitário da ordem e da Igreja, para o mecenato régio, dedicando em 1735 a D. João V a sua "*Historia Sebastica*". Permaneceu, contudo, numa posição subalterna ("supranumerária") em relação aos verdadeiros historiadores do *cursum honorum* académicos ("do número"). Não

⁽²⁷⁾ Manuel dos Santos, *Historia Sebastica. Contém a vida do augusto Principe o Senhor D. Sebastião Rey de Portugal, e os successos memoráveis do Reino, e Conquistas no seu tempo*, Lisboa, Antonio Pedroso Galram, 1735.

deixou de referir esta posição na sua obra e manifestar, por isso, a sua mágoa.

*
* .

Pretendemos e tentámos, portanto, levar a efeito, embora de forma obrigatoriamente sucinta, três operações que consideramos necessárias e necessariamente ligadas no estudo das obras culturais. Determinar, em primeiro lugar, o surgimento do campo historiográfico na primeira metade do séc. XVIII; analisar-lhe, em seguida, a estrutura interna, destacando as leis a que obedece o seu funcionamento; por fim, analisar as trajectórias sociais e as posições no interior do campo historiográfico.